Parágrafo Único – A notificação será feita pessoalmente, ou pelo correio mediante aviso de recebimento, ou, ainda, não sendo encontrado o infrator, por edital fixado em quadro próprio no edifício-sede da Prefeitura ou das Administrações Regionais, se residente na região.

Artigo 17º - Sempre que o infrator oferecer testemunhas, serão os depoimentos tomados em resumo, em um só termo.

Parágrafo Único – As testemunhas serão notificadas para a audiência na forma do parágrafo único do artigo anterior.

Artigo 18º - Apresentada a defesa, dar-se-á vista do processo ao autuante, por quarenta e oito horas.

Artigo 19º - Completado o período de instrução, ou não sendo apresentada defesa, será o processo, devidamente instruído com parecer da Procuradoria, incluso ao Prefeito para julgamento.

Artigo 20º - O infrator será notificado, por escrito, da decisão proferida.

Artigo 21º - Quando a decisão for contrária do infrator terá este, prazo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da notificação para recolher a multa.

Parágrafo único – Decorrido o prazo para recolhimento, sem que este se realize, será a multa inscrita como dívida ativa.

Artigo 22º - Quando a decisão cominar pena de fazer ou desfazer, será fixado prazo razoável para início e conclusão de obrigação.

Parágrafo único – Esgotados os prazos sem que haja o infrator cumprido a obrigação, a Prefeitura providenciará a execução da obrigação, cabendo ao infrator indenizar o custo do trabalho, acrescido de 20% (vinte por cento) do valor a título de administração, prevalecendo para o pagamento o prazo e as condições do artigo 21 e seu parágrafo único.

PARTE ESPECIAL

TÍTULO I

Da Higiene Pública

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 23º - A política sanitária do Município de Betim tem por finalidade prevenir, corrigir e reprimir os atos que comprometem a higiene pública, velando pela rigorosa observância dos preceitos deste título e cooperando com as autoridades estaduais e federais congêneres. **(Revogado)**

Artigo 24º - A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene dos logradouros públicos, das habitações particulares e coletivas, da alimentação e dos estabelecimentos que fabriquem ou vendem bebidas e produtos alimentícios. **(Revogado)**

Artigo 25º - Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, apresentará o funcionário competente um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública. **(Revogado)**

Parágrafo único – No caso da matéria ser competência das autoridades estaduais ou federais, a Prefeitura remeterá a elas cópias do relatório.

Capítulo II

Da Higiene dos Logradouros Públicos

Artigo 26º - O serviço de limpeza de ruas, praças e demais logradouros públicos, será executado diretamente pela Prefeitura, de preferência em horário noturno. **(Revogado)**

Artigo 27º - Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjetas fronteiriças à sua residência **(Revogado)**

Artigo 28º - É absolutamente proibido varrer ou despejar detrito de qualquer natureza sobre o leito e ralos dos logradouros públicos. **(Revogado)**

Artigo 29º - A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canos dos logradouros públicos, danificando ou obstruindo estas servidões. **(Revogado)**

Artigo 30º - É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular. **(Revogado)**

Artigo 31º - Não são permitidas as instalações de estrumeiras ou depósito de estrume animal não beneficiado, dentro do perímetro da cidade e demais núcleos residenciais do Município. **(Revogado)**

Artigo 32º - A instalação de indústrias que, pela natureza dos produtos, pelas matérias-primas utilizadas, pelos combustíveis empregados, ou por qualquer outro motivo, possam afetar a saúde pública, só dera permitido nas áreas determinadas pelo Plano Diretor, observadas as disposições do Regimento de Edificações. **(Revogado)**

Artigo 33º - Para preservar ainda, a higiene pública, fica terminantemente proibido: **(Revogado).**

- I – lavar roupas em poços artesianos, fontes ou tanques situados em logradouros públicos;
- II – consentir o escoamento de águas servidas das residências para a rua;
- III – conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer matérias que possam comprometer o asseio dos logradouros públicos;
- IV – queimar, mesmo nos próprios quintais, qualquer coisa em quantidade capaz de molestar a vizinhança;
- V – conduzir para a cidade ou demais núcleos residenciais do Município doentes portadores de moléstia infecto-contagiosas, salvo com as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento.

Artigo 34º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevados ao dobro em caso de reincidência. **(Revogado)**

Capítulo III

Da Higiene das Habitações e Terrenos Baldios

Artigo 35º - Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, prédios e terrenos. **(Revogado)**

Artigo 36º - As residências e prédios de qualquer natureza situados nas zonas urbanas deverão ser caiados ou pintados periodicamente, segundo determinações das autoridades sanitárias e de urbanismo do Município. **(Revogado)**

Artigo 37º - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade e demais zonas residenciais do Município. **(Revogado)**

Artigo 38º - Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na cidade e demais zonas residenciais do Município. **(Revogado)**

Artigo 39º - O lixo das habitações será recolhido em vasilhas apropriadas, para ser removido pelo serviço de limpeza pública. **(Revogado)**

§ 1º – Não serão considerados como lixo os resíduos de fábricas e oficinas, os restos de materiais de construção, os entulhos provenientes de demolições, as matérias excrementícias e restos de forragem das cocheiras, estábulos e pocilgas, as palhas e outros resíduos das casas comerciais, bem como terra, folhas e galhos de jardins e quintais particulares, os quais serão removidos pelos próprios inquilinos ou proprietários.

§ 2º - Da mesma forma que no parágrafo anterior, não serão considerados como lixo, os corpos de animais mortos, os quais deverão ser sepultados pelos responsáveis em covas adequadas, ou recolhidos pela Prefeitura, mediante solicitação especial dos interessados.

Artigo 40º - Não será permitida nos prédios servidos pela rede de abastecimento d'água do Município a existência de cisternas. **(Revogado)**

Artigo 41º - As habitações insalubres poderão ser vistoriadas, a fim de se verificar: **(Revogado)**.

I – aquelas cuja insalubridade possa ser removida com relativa facilidade, caso em que serão intimados os respectivos proprietários ou inquilinos a efetuar prontamente os reparos devidos, podendo faze-lo sem desabita-los;

II – as que, por suas condições higiênicas, estado de conservação ou defeito de construção, não puderem servir de habitação sem grave prejuízo para a segurança e saúde públicas.

§ 1º - Na hipótese do inciso II deste artigo, o proprietário ou inquilino será intimado a fechar o prédio, não podendo reabri-lo antes de executados os melhoramentos exigidos.

§ 2º - Quando não for possível a remoção da insalubridade, devido à natureza do terreno ou qualquer outra causa, será o prédio interdito e demolido.

Artigo 42º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência. **(Revogado)**

Capítulo IV

Da Higiene da Alimentação

Artigo 43º - A Prefeitura exercerá severa fiscalização sobre a produção, distribuição e venda de gêneros alimentícios e produtos hortigranjeiros no Município. **(Revogado)**

Parágrafo único – Para os efeitos deste capítulo, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, sólidas ou líquidas destinadas a ser ingeridas pelo homem, excetuados os medicamentos.

Artigo 44º - Não será permitida a exposição ou venda de aves doente, frutas não sazonadas e gêneros alimentícios falsificados, deteriorados ou por qualquer outra razão nociva a saúde. **(Revogado)**

§ 1º - A mercadoria assim encontrada será apreendida, removida para local próprio e destruída quando for o caso.

§ 2º - A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para funcionamento do estabelecimento.

Artigo 45º - Sujeita-se as mesmas proibições e penalidades do artigo anterior e seus parágrafos a produção de gêneros alimentícios adulterados ou falsificados. **(Revogado)**

Artigo 46º - Toda a água que tenha de servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não provenha do abastecimento público, deve ser comprovadamente purificada. **(Revogado)**

Artigo 47º - O gelo de produção industrial e para consumo público deverá ser fabricado com água potável isenta de qualquer contaminação. **(Revogado)**

Artigo 48º - Não é permitido dar ao consumo carne fresca de bovinos, suínos, caprinos ou aves e outros animais de pequeno porte que não tenham sido abatido em matadouro ou abatedouro sujeitos à fiscalização. **(Revogado)**

Artigo 49º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência. **(Revogado)**

Capítulo V

Da Higiene dos Estabelecimentos

Artigo 50º - Nas mercadorias e estabelecimentos congêneres deverão ser observadas as seguintes disposições: **(Revogado)**

I – as verduras que devam ser consumidas sem cocção deverão ser depositadas em recipientes de superfície impermeável e à prova de moscas, poeiras e quaisquer contaminações;

II – as frutas expostas à venda serão colocadas sobre mesas ou prateleiras, rigorosamente limpas e afastadas um metro, no mínimo, das ombreiras das portas externas;

III – as gaiolas para aves serão de fundo móvel e deverão estar permanentemente limpas.

Artigo 51º - Os hotéis, restaurantes, bares, cafés, botequins e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte: **(Revogado)**.

I – as janelas e vãos dos cômodos de preparação de alimentos deverão ser vedados com telas à prova de moscas;

II – a lavagem da louça e talheres deverá fazer-se em água corrente, não sendo permitida a utilização, em qualquer hipótese, de baldes, bacias ou outros vasilhames;

III – a higienização da louça e talheres deverá ser feita com água fervente;

IV – os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

V – os açucareiros serão do tipo que permitam a retirada do açúcar sem o levantamento da tampa, salvo quando servido por garçons;

VI – a louça e os talheres deverão ser guardados em armários, de modo a não ficarem expostos às moscas e poeira;

VII – todas as dependências serão mantidas em perfeitas condições de limpeza e higiene, especialmente as cozinhas, salas de refeições e instalações sanitárias.

Artigo 52º - As padarias, as fábricas de doces e de massas e demais estabelecimentos onde se fabriquem gêneros alimentícios observarão, quanto às suas dependências, vasilhames e utensílios, os princípios gerais de higiene e asseio anunciados no artigo anterior. **(Revogado)**

Artigo 53º - Os açougues e peixarias não poderão: **(Revogado)**

I – manter, nos locais de manipulação, moveis ou objetos alheios ao comercio de carnes, peixes e seus produtos;

II – manter qualquer ramo de negocio diverso do de sua especialidade;

III – aplicar serragem de madeira em piso;

IV – varrer a seco;

V – empregar na limpeza de cômodos e instalações, soluções de anticéptico da serie aromática, tais como creolinas, fenóis e outros, salvo nos casos em que haja necessidade de desinfecção;

VI – permitir a entrada de cães ou quaisquer outros animais domésticos no recinto;

VII – manter seus produtos em contato direto com gelo ou expostos ao contato com moscas e poeira;

VIII – receber couros, chifres, cabeça, entranhas, vísceras, resíduos considerados prejudiciais no asseio e higiene dos estabelecimentos;

IX – preparar ou fabricar produtos de carne;

X – vender carnes ou peixes que tiverem sido congeladas, sem a declaração expressa do fato.

Artigo 54º - Será obrigatória a lavagem, a jorro quente ou frio diariamente, das paredes, pisos, mesas e utensílios dos locais onde se preparem ou depositem carnes ou peixes e dos veículos de seu transporte ou comercio. **(Revogado)**

Artigo 55º - Os veículos destinados ao transporte ou venda de carnes ou peixes deverão ser dotados de refrigeração ou ventilação apropriadas. **(Revogado)**

Artigo 56º - Os salões de barbeiros e cabeleireiros, alem de observarem os princípios comuns de asseio e higiene formulados neste capitulo, deverão fazer uso de toalhas e golas individuais para seus clientes. **(Revogado)**

Artigo 57º - Os estabelecimentos referidos neste capitulo deverão observar as seguintes disposições referentes aos seus empregados: **(Revogado)**

I – utilização de uniformes, aventais ou blusas brancas apropriadas, rigorosamente limpos;

II – severo asseio pessoal;

III – carteira de saúde fornecida por repartição oficial, permanentemente atualizada.

Parágrafo único – A responsabilidade pelas infrações às disposições deste artigo cabe aos empregados.

Artigo 58º - Na infração de qualquer artigo deste capitulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência. **(Revogado)**

OBSERVAÇÃO: foram revogados os artigos nºs 23 a 58 desta lei. Artigo 124 da Lei nº 1.351 de 05/Ago/1980.

Capitulo VI

Da Higiene da Feiras Livres

Artigo 59º - (Suprimido)

Artigo 60º - (Suprimido)

Artigo 61º - (Suprimido)

Artigo 62º - (Suprimido)

Artigo 63º - (Suprimido)

Artigo 64º - (Suprimido)

TITULO II

Da Polícia de Costumes, Segurança e Ordem Pública.

Capitulo I

Da Moralidade e do Sossego Públicos.

Artigo 65º - É expressamente proibido às casas de comercio ou aos ambulantes, a exposição ou venda de gravuras, livros, revistas ou jornais considerados pelas autoridades competentes como obscenos ou imorais.

Parágrafo único – A reincidência na infração deste artigo, determinará a cassação da licença de funcionamento, independentemente da multa cabível.

Artigo 66º - Só será permitido o funcionamento de “dancings” e estabelecimentos congêneres em locais e condições que, a critério da Prefeitura, não atentem contra o decoro e o sossego da população.

Artigo 67º - Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem no local.

Parágrafo único – A incapacidade ou o descaso no cumprimento da disposição deste artigo sujeita o proprietário à pena de cassação da licença de funcionamento do estabelecimento.

Artigo 68º - É expressamente proibido perturbar o sossego publico com ruídos excessivos, tais como:

I – os de motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mal estado de funcionamento;

II – os de buzinas, clarins, apitos, tímpanos, campainhas ou aparelhos;

III – a propaganda e/ou divulgação realizadas com alto-falantes, bombo, tambores, cornetas e outros, sem prévia autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, que terá 03 (três) dias úteis a contar da data do protocolo de pedido de autorização para manifestar-se, sob pena de considerar-se concedida a autorização. **(Alterado pela Lei nº 3.116)**

IV – xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

V – os de apitos ou silvos de seria de fabrica, cinemas ou outros estabelecimentos, bem como repiques de sinos por mais de 30 (trinta) segundo ou à noite entre 22:00 horas (vinte e duas horas) às 07:00 horas (sete horas) da manhã seguinte.

Artigo 69º - É proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruído antes das 07:00 (sete) e depois das 20:00 (vinte) horas, nas proximidades de hospitais, asilos e casas residenciais.

Artigo 70º - As instalações elétricas só poderão funcionar quando providas de dispositivos capazes de eliminar, ou reduzir ao mínimo, as correntes parasitas, diretas ou induzidas, as oscilações de alta frequência, chispas e ruídos prejudiciais à radio recepção.

Parágrafo único – As maquinas e aparelhos que, a despeito da aplicação de dispositivos especiais, não apresentarem diminuição sensível das perturbações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das 18:00 (dezoito) horas dos dias úteis.

Artigo 71º - Na infração de qualquer artigo deste capitulo será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência.

Capitulo II

Dos Divertimentos Públicos.

Artigo 72º - Divertimentos públicos, para os efeitos deste código, são os que se realizarem nos logradouros públicos, ou em recintos fechados a que o publico tenha acesso.

Artigo 73º - Nenhum divertimento publico poderá ser realizado sem licença da Prefeitura.

Artigo 74º - Em todas as casas de diversões publicas serão observadas as seguintes disposições:
I – tanto as salas de entrada, como as de espetáculo serão mantidas higienicamente limpas;

II – as portas e os corredores conservar-se-ão sempre livres, de mo assegurar
xx;

III – os aparelhos e equipamentos deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento;

IV – o mobiliário será mantido em perfeito estado de conservação.

§ 1º - É proibido aos espectadores assistir aos espetáculos de chapéu à cabeça ou fumar no local das funções, de modo especial as cinematográficas.

§ 2º - As saídas dos locais de função deverão ser proporcionais ao numero de espectadores.

Artigo 75º - Em todos os cinemas, teatros, circos e estabelecimentos congêneres serão reservados lugares para as autoridades do Município encarregados da fiscalização, bem como para as autoridades judiciárias e policiais.

Artigo 76º - Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em numero excedente à lotação do estabelecimento.

Artigo 77º - Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa da marcada.

Parágrafo único – Em caso de modificação do programa ou do horário, o empresário devolverá aos espectadores o preço integral da entrada ou senha correspondente para utilização em espetáculo posterior.

Artigo 78º - Não serão fornecidas licenças para a realização de jogos ou diversões ruidosas na vizinhança de estabelecimentos médicos, escolas, bibliotecas ou asilos.

Artigo 79º - A armação de circos e de parques de diversões só será permitida em locais determinados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

Artigo 80º - A autorização para funcionamento de circos e parques de diversões não poderá ser por prazo superior a três meses.

§ 1º - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM poderá renovar, a seu critério, o prazo concedido.

§ 2º - Ao conceder a autorização ou a renovação, poderá a PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM estabelecer as restrições que julgar convenientes ao interesse da população.

Artigo 81º - Os circos e parques de diversões só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

Parágrafo único – A vistoria far-se-á também no caso de renovação da autorização, ou quando julgada necessária pelas autoridades municipais.

Artigo 82º - Para permitir armação de circos ou parques de diversões em logradouros públicos, poderá a PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM exigir depósito de até 03 (três) salários mínimos vigente na região como garantia de despesa com a eventual limpeza e recomposição de logradouros.

Parágrafo único – O depósito será restituído integralmente se não houver necessidade de limpeza especial ou reparos; em caso contrario, serão deduzidos do mesmo as despesas realizadas.

Artigo 83º - A armação de parques, circos e congêneres em terrenos particulares só será licenciada quando houver prévia autorização do proprietário.

Artigo 84º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência.

Capítulo III

Do Transito Publico

Artigo 85º - É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio o livre transito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras publicas ou por exigência policial.

Parágrafo único – Sempre que houver necessidade de interromper o transito, deverá ser colocada sinalização claramente visível a distancia.

Artigo 86º - Compreende-se na proibição do artigo anterior o deposito de qualquer material, inclusive de construção, nos logradouros públicos em geral.

Parágrafo único – Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via publica, com o mínimo de prejuízo ao transito, dentro do horário de 07:00 às 18:00 horas.

Artigo 87º - É expressamente proibido nas ruas da cidade e demais núcleos urbanos do Município:

- I – conduzir animais ou veículos de tração animal em disparada;
- II – conduzir animais bravios sem necessária precaução;
- III – conduzir, arrastando, madeiras ou quaisquer outros materiais volumosos e pesados;
- IV – desrespeitar os sinais de transito fixados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

Artigo 88º - É expressamente proibido nos passeios e jardins públicos:

- I – transportar volumes de grande porte;
- II – dirigir veículos de qualquer espécie, salvo carrinhos de criança e pessoas parálíticas, e, em ruas de pequeno movimento, bicicletas de uso infantil;
- III – estacionar veículos ou aparelhos automotores ou de tração animal e humana;
- IV – conduzir ou conservar animais.

Artigo 89º - É expressamente proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos, para advertência de perigo, impedimento ou orientação do trânsito.

Artigo 90º - Assiste à PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Artigo 91º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência.

Capítulo IV

Das Vias e Logradouros Públicos

Artigo 92º - Todas as ruas, avenidas, travessias ou praças públicas, serão alinhadas e niveladas, em conformidade com o Plano Diretor pré-estabelecido.

Parágrafo único – O alinhamento e nivelamento abrangerão também o prolongamento das vias públicas já existentes e a abertura de novas, segundo as condições do terreno e de forma a assegurar o desenvolvimento Máximo da área povoada.

Artigo 93º - Nenhuma rua, avenida, travessia ou praça poderá ser aberta sem prévio alinhamento e nivelamento autorizados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, observado o Plano Diretor Urbanístico do Município.

Artigo 94º - Os cruzamentos de novas ruas ou avenidas serão de preferência em ângulo reto, salvo quando se tratar de prolongamento de outras já existentes.

Artigo 95º - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, sempre que julgar necessária a abertura, alargamento de qualquer via ou logradouro público, poderá promover acordo com os proprietários dos terrenos marginais no sentido de obter o necessário consentimento para a execução do serviço, quer mediante pagamento das benfeitorias e do terreno, quer independentemente de qualquer indenização.

Parágrafo único – No caso de não consentimento ou oposição, por parte do proprietário, a execução do Plano Diretor, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM promoverá, nos termos da legislação vigente, a desapropriação da área que julgar necessária.

Artigo 96º - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM procederá à nomenclatura e emplacamento das ruas, avenidas e praças.

Artigo 97º - Compete à PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM a execução dos serviços de calçamento, arborização e conservação das ruas e praças, assim como a construção e conservação dos jardins e parques públicos, ressalvada a cobrança de taxas e contribuição de melhoria, nos casos previstos pela legislação tributária Municipal.

Artigo 98º - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM organizará periodicamente uma relação das ruas ou trechos de ruas que tenham mais de um terço dos lotes edificados, bem como o orçamento

para o respectivo calçamento, classificando-as segundo a sua localização, intensidade de trânsito e o valor das edificações nelas existentes.

Artigo 99º - É facultado aos proprietários marginais de qualquer trecho de rua requer à PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM a execução imediata do calçamento mediante satisfação integral do preço orçado para a pavimentação.

Artigo 100º - Não é permitido fazer aberturas no calçamento ou escavações nas vias públicas, senão em casos de serviço de utilidade pública, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

Parágrafo único – Ficará a cargo da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM a recomposição da via pública, correndo, porém, a despesa por conta daquela que houver dada causa ao serviço.

Artigo 101º - Qualquer serviço de abertura de calçamento ou escavações na parte central da cidade só poderá ser feita em horas previamente determinadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

Artigo 102º - Sempre que da execução do serviço resultar a abertura de valas que atravessem os passeios, será obrigatória adoção de uma ponte provisória, a fim de não prejudicar ou interromper o trânsito.

Artigo 103º - As firmas ou empresas que, devidamente autorizadas, fizerem escavações nas vias públicas, ficam obrigadas a colocar indicações ou sinais convenientemente dispostos, com aviso de trânsito impedido ou perigo, e colocar nesses locais sinais luminosos vermelhos durante a noite.

Artigo 104º - A abertura de calçamento ou escavações nas vias públicas deverão ser feitas com as precauções devidas, de modo a evitar danificações nas instalações subterrâneas ou superficiais de eletricidade, telefone, água, e esgotos, correndo por conta dos responsáveis as despesas com a reparação de quaisquer danos conseqüentes da execução dos serviços.

Artigo 105º - Correrá por conta da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM o serviço de capinação e varrição das ruas, avenidas e praças, bem como a remoção do lixo destas e das habitações. Compete aos proprietários, inquilinos ou responsáveis, a remoção dos resíduos outros que não o lixo das habitações, tais como: galhos de árvores ou folhas resultantes da poda e asseio dos jardins e quintais, estrumes das cocheiras ou estábulos e outros resíduos das fabricas e oficinas.

Artigo 106º - Sob pena de multa, ficam os donos ou empreiteiros de obras, uma vez concluídas estas, obrigados à pronta remoção dos restos de materiais ou quaisquer objetos deixados nas vias públicas.

Artigo 107º - A remoção do lixo das habitações, bem como a varrição das vias públicas, serão feitas em horas determinadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, e que melhor consultarem aos interesses da saúde pública.

Artigo 108º - Os proprietários ficam obrigados a manter os prédios e muros em bom estado de conservação nos lados que dão para as vias públicas, bem como aparar as árvores de seus quintais ou jardins quando as mesmas avançarem para a rua.

Parágrafo único – Para a necessária remoção de lixo, os proprietários ou inquilinos deverão depositá-lo junto aos portões de suas residências, em caixas ou latas apropriadas pela manhã e em dias previamente designados para a coleta.

Artigo 109º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência.

Do Emplacamento da Vias Públicas

Artigo 110º - Nenhuma obra, ou demolição de obra, poderá ser feita no alinhamento das vias públicas, sem previa construção de um tapume provisório em toda a extensão de trabalho.

Parágrafo único – Dispensa-se o tapume quando se tratar de:

- I – construção ou reparo de muros ou gradis com altura não superior a dois metros;
- II – pinturas ou pequenos reparos.

Artigo 111º - Poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos para comícios políticos, festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, observadas as seguintes condições:

- I – serem aprovadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, quanto à sua localização;
- II – não perturbarem o trânsito público;
- III – não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais;
- IV – respeitarem as disposições da legislação eleitoral e de segurança nacional;
- V – serem removidos no prazo de vinte e quatro horas do encerramento.

Parágrafo único – Findo o prazo do item V, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM promoverá a remoção do palanque ou coreto, dando-lhe as despesas correspondentes.

Artigo 112º - As bancas para a venda de jornais e revistas poderão ser permitidas nos logradouros públicos, satisfeitas as seguintes condições:

- I – terem sua localização aprovada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM;
- II – apresentarem bom aspecto quanto à sua construção;
- III – não perturbarem o trânsito público;
- IV – serem de fácil remoção;

Artigo 113º - Os estabelecimentos comerciais poderão instalar mesas e cadeiras no passeio correspondente à testada dos edifícios, desde que não obstruam o trânsito de pedestres.

Parágrafo único – A instalação depende de previa autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

Artigo 114º - A instalação de postes de linhas telefônicas, telegráficas, de força e luz, bem como a colocação de caixas postais, cestas de papéis, bancos, monumentos de qualquer espécie e tudo o mais que possa embaraçar o trânsito ou comprometer a estética da cidade, dependem de previa autorização ou aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

Artigo 115º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência.

Capítulo VI

Do Ajardinamento e da Arborização

Artigo 116º - O ajardinamento e a arborização dos logradouros públicos são atribuições da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

§ 1º - Nos logradouros abertos por particulares é facultado aos interessados promover e custear o ajardinamento e a arborização, mediante aprovação pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM dos respectivos planos.

§ 2º - Nas mesmas condições do parágrafo anterior, moradores de uma mesma rua ou praça poderão promover o ajardinamento e a arborização destes locais.

Artigo 117º - A nenhum cidadão é permitido podar, cortar, derrubar ou mutilar as arvores dos logradouros públicos, sem consentimento expresso da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

Artigo 118º - Nas arvores dos logradouros públicos não será permitida a colocação de cartazes e anúncios, podendo a fixação de fios ser autorizada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, em casos especiais.

Artigo 119º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência.

Capítulo VII

Dos Anúncios e Cartazes

Artigo 120º - A exploração ou utilização de meios de publicidade nos logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso ao público, depende de prévia autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

§ 1º - Inclui-se na obrigatoriedade deste artigo:

I – os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, pintados, projetados ou distribuídos;

II – A propaganda e/ou divulgação faladas em lugares públicos, por quaisquer meios, dependem de autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, que terá 03 (três) dias úteis a contar da data do protocolo de pedido de autorização para manifestar-se, sob pena de considerar-se concedida à autorização. **(Alterado pela Lei nº 3.116)**

§ 2º - Sujeita-se, ainda, ao disposto neste artigo, os anúncios, que, embora colocados em terrenos ou prédios de domínio privado, sejam visíveis dos logradouros públicos.

Artigo 121 – Não será permitida a colocação de anúncios quando:

I – pela sua natureza provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito público;

II – de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais ou monumentos;

III – sejam ofensivos à moral ou contenham dizeres desfavoráveis a indivíduos, crenças ou instituições;

IV – obstruam o vão de portas e janelas;

V – contenham incorreções de linguagem.

Artigo 122º - Os pedidos de licença para a publicidade ou propaganda deverão mencionar:

I – a indicação dos locais em que serão colocados ou distribuídos os cartazes ou anúncios;

II – a natureza do material de confecção;

III – as dimensões;

IV – as inscrições e o texto.

Artigo 123º - Somente os anúncios luminosos ou acrílicos poderão ser colocados em sentido transversal ao eixo da via pública, sempre a uma altura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) do passeio.

Artigo 124º - Os cartazes, letreiros, placas e quaisquer outros anúncios não luminosos, quando colocados nas fachadas dos edifícios, não poderão ter dimensões superiores a um metro e cinquenta centímetros.

Artigo 125º - Os panfletos destinados a serem lançados ou distribuídos nos logradouros públicos não poderão ter dimensões maiores de trinta centímetros por quarenta e cinco centímetros, nem menores de dois centímetros por quinze centímetros.

Artigo 126º - Os cartazes, letreiros, placas e quaisquer outros anúncios deverão ser mantidos em bom estado de conservação, de modo a não comprometer a estética e a segurança dos logradouros públicos.

Parágrafo único – Desde que não haja modificação de dizeres, dimensão e localização, a reparação de anúncios depende apenas de comunicação escrita à PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

Artigo 127º - O anúncios encontrados em desacordo com as formalidades deste capítulo serão apreendidas, dando-lhe a PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM o destino que entender.

Artigo 128º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência.

Capítulo VIII

Das Medidas Referentes aos Animais

Artigo 129º - É expressamente proibida a permanência de animais nos logradouros públicos do Município.

Artigo 130º - Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos serão recolhidos ao depósito da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

Artigo 131º - O animal recolhido em virtude do disposto neste capítulo será retirado dentro do prazo Máximo de 07 (sete) dias, mediante pagamento da multa e da taxa de manutenção respectiva.

Artigo 132º - Não sendo o animal retirado neste prazo, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM efetuará sua venda em hasta pública.

§ 1º - Para a venda em hasta pública, será afixado edital no edifício-sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM ou de suas administrações regionais, com a antecedência de 48:00 (quarenta e oito) horas.

§ 2º - Quando o animal recolhido não se prestar à venda em hasta pública, será sacrificado.

Artigo 133º - É proibida a criação ou engorda de suínos ou de qualquer espécie de gado perimetro urbano da cidade.

Artigo 134º - Os possuidores de cães deverão registra-los obrigatoriamente na PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

§ 1º - O registro de cães será feito anualmente, mediante pagamento da taxa respectiva.

§ 2º - Aos proprietários de cães registrados, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM fornecerá uma placa de identificação a ser colocada na coleira do animal.

§ 3º - Para registro de cães é obrigatório à apresentação de comprovante de vacinação anti-rábica, que poderá ser feita às expensas da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM no caso de ser carente de recursos o dono do animal.

§ 4º - São isentos de matrícula os cães pertencentes a boiadeiros, vaqueiros, ambulante e visitantes em transito pelo Município, desde que nele não permaneçam por mais de uma semana.

Artigo 135º - O cão registrado poderá andar solto nos logradouros públicos, desde que em companhia do seu dono, respondendo este pelas perdas e danos que o animal causar a terceiros.

Artigo 136º - Não será permitida a passagem ou estacionamento de tropas ou rebanhos na cidade, exceto em logradouros para tanto designados.

Artigo 137º - Ficam proibidos os espetáculos de feras e as exposições de cobras e quaisquer animais perigosos, sem as necessárias precauções para garantir a segurança dos espectadores.

Artigo 138º - É expressamente proibido:

I – criar abelhas nas áreas urbanas e, em hipótese alguma, as chamadas **abelhas africanas**;

II – criar galinhas nos porões e no interior das habitações;

III – criar pombos nos forros das casas de residência.

Artigo 139º - É expressamente proibido, a qualquer pessoa, maltratar animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos, tais como:

I – transportar, em animais ou em veículos de tração animal, carga com peso superior às suas forças;

II – fazer trabalhar animais doente, feridos, extenuados, enfraquecidos ou extremamente magros;

III – obrigar qualquer animal a trabalhar por número excessivo de horas e sem conveniente alimentação;

IV – castigar, de qualquer modo, animal caído, fazendo-o levantar a custa de castigo e sofrimento;

V – castigar, com violência, qualquer animal;

VI – transportar animais amarrados à traseira de veículos ou atados um ao outro pela cauda;

VII – usar arreios sobre partes feridas ou chagas de animal;

VIII – praticar todo e qualquer ato não especificado neste capítulo que possa acarretar sofrimento injustificável para o animal.

Artigo 140º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência.

Capítulo IX

Da Extinção de Insetos Nocivos

Artigo 141º - Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro de sua propriedade.

Artigo 142º - Verificada a existência de formigueiro, o proprietário do terreno onde estiver localizado será intimado para proceder ao seu extermínio no prazo de 10 (dez) dias.

Artigo 143º - Se, no prazo fixado, não for extinto o formigueiro, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM incumbir-se-á de fazê-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescida de 20% (vinte por cento) pelo trabalho da administração, além da multa correspondente ao valor de 10% (dez por cento) a 100% (cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência.

Capítulo X

Dos Muros, Cercas e Passeios.

Artigo 144º - Os proprietários de terrenos são obrigados a mura-los, cerca-los e construir os passeios dentro dos prazos fixados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM. *(Alterado pela Lei nº 1084, de 26/02/1975.)*

§ 1º - Se não houver o atendimento do prazo fixado no artigo, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM poderá efetuar as obras e cobra-las dos proprietários ou optar pelo estabelecido no artigo 150, desta lei.

§ 2º - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM poderá efetuar as cobranças em até 10 (dez) parcelas iguais e sucessivas, vencíveis de 30 em 30 dias.

Artigo 145º - Serão comuns os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação.

Parágrafo único – Correrão por conta exclusiva dos interessados a construção e conservação de cercas para conter aves domestica, cabritos, carneiros, suínos e outros animais que exijam cercas especiais.

Artigo 146º - Os terrenos de zona urbana fechados com muros rebocados e caiados, com grades de ferro ou madeira assentes sobre alvenaria, ou com cercas vivas, conforme entendimento dos confinantes, devendo, em qualquer caso, ter uma altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros).

Artigo 147º - Os terrenos rurais, salvo acordo expresso entre os proprietários, serão fechados com:

- I – cercas de arame farpado, com três fios, no mínimo, e 1,40m (um metro e quarenta centímetros);
- II – cercas vivas, de espécies vegetais adequadas e resistentes;
- III – telas de fios metálicos, com altura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Artigo 148º - É expressamente proibido danificar muros ou cercas.

Artigo 149º - É expressamente proibido colocar cacos de vidro sobre os muros divisórios.

Artigo 150º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência.

Capítulo XI

Dos Inflamáveis e Explosivos

Artigo 151º - No interesse publico, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte, o deposito e o emprego de inflamáveis e explosivos.

Artigo 152º - São considerados inflamáveis, entre outros:

- I – o fósforo e os materiais fosforados;
- II – a gasolina e os demais derivados de petróleo;
- III – os éteres, álcoois, a aguardente e os óleos em geral;

IV – os carburetos, o alcatrão e as matérias betuminosas líquidas;

Artigo 153º - Consideram-se explosivos, entre outros:

- I – os fogos de artifício;
- II – a nitroglicerina e seus compostos e derivados, entre os quais os dinamites comerciais;
- III – a pólvora e o algodão-pólvora;
- IV – as espoletas e os estopins;
- V – os fulminantes, cloretos, formiatos e congêneres;
- VI – os cartuchos de guerra, caça e minas;
- VII – o TNT;
- VIII – qualquer outro artefato assemelhado.

Artigo 154º - É absolutamente proibido:

- I – fabricar explosivos sem licença especial e em local não determinado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM;
- II – manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção e segurança;
- III – depositar em vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos;

Artigo 155º - Os depósitos de explosivos e inflamáveis só poderão ser construídos em locais ou zonas especialmente designados mediante licença da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

§ 1º - Aos comerciantes varejistas é permitido conservar em seus estabelecimentos, com licença especial da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, pequenas quantidades de inflamáveis ou explosivos, para consumo de período não superior a 20 (vinte) dias, desde que o façam em cômodos ou depósitos próprios e tomem cuidados especiais de prevenção contra incêndio.

§ 2º - Os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósito de explosivos correspondentes ao consumo de 20 (dias), desde que os depósitos estejam localizados a uma distância mínima de 250m (duzentos e cinquenta metros) da habitação mais próxima e a 150m (cento e cinquenta metros) das ruas ou estradas.

Artigo 156º - No transporte de explosivos ou inflamáveis, deverão ser observados entre outros cuidados especiais de segurança, os seguintes:

- I – não podendo ser transportados, simultaneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis;
- II – os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas além do motorista e dois ajudantes.

Artigo 157º - É expressamente proibido:

- I – queimar bombas, foguetes e outros fogos perigosos nos logradouros públicos, salvo mediante licença da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, em dias festivos;
- II – soltar balões em toda a extensão do Município;
- III – fazer fogueira, nos logradouros públicos, sem prévia autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM;
- IV – utilizar, sem justo motivo, armas de fogo, dentro do perímetro urbano do Município;
- V – instalar engenhos de explosivos ou inflamáveis, com finalidade de diversão sem prévio consentimento da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

Artigo 158º - A instalação de postos de abastecimento de veículos depende de autorização especial da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

Parágrafo único – A PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM poderá estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias à segurança da população.

Artigo 159º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência.

Capítulo XII

Da Exploração de Pedreiras, Cascalheiras, Olarias e Depósitos de Areia e Saibro.

Artigo 160º - A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias bem como o depósito de areia e de saibro dependem de licença da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

Parágrafo único – Ao conceder as licenças, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM poderá estabelecer as exigências que julgar conveniente.

Artigo 161º - As licenças para exploração serão sempre por prazo não superior a um ano, podendo ser renovadas.

Parágrafo único – Sempre que o interesse público o exigir, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM poderá interditar, no todo ou em parte, a exploração permitida.

Artigo 162º - Não será consentida a exploração de pedreira nas áreas urbanas do Município.

Artigo 163º - A exploração de pedreiras a fogo fica sujeita às seguintes condições:

- I – declaração expressa da qualidade do explosivo a empregar;
- II – intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre cada série de explosões;
- III – içamento, antes da explosão, de uma bandeira de alerta, à altura necessárias para ser vista à distância;
- IV – toque por três vezes, com intervalos de dois minutos, de uma sineta, acompanhado de aviso, em brado prolongado, do sinal de fogo.

§ 1º - O espaço compreendido entre a base das pedreiras exploradas a fogo e a linha traçada paralelamente a cinquenta metros será fechada, de modo a impedir nele o trânsito de pessoas estranhas ao serviço.

§ 2º - A explosão a fogo só será concedida quando a pedreira estiver situada a uma distância mínima de 100m (cem metros) de qualquer logradouro público, manancial ou construção.

Artigo 164º - A instalação de olarias fica sujeita às seguintes prescrições:

- I – as chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores vizinhos pela fumaça ou emanações nocivas;
- II – quando as escavações facilitarem a formação de depósito de água, será o responsável obrigado a fazer o devido escoamento, aterrando as cavidades à medida que o barro.

Artigo 165º - É vedada a exploração de cascalheiras e saibreiras quando construções vizinhas possam ter afetado suas condições de segurança.

Artigo 166º - É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do Município:

- I – xxx;
- II – quando modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;
- III – quando possibilitem a formação de bacias ou causem a estagnação de água;
- IV – quando, de algum modo, possam oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre o leito dos cursos d'água.

Artigo 167º - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM poderá, a qualquer momento, e com o intuito de salvaguardar o interesse público, determinar a execução de obras nas explorações relacionadas neste capítulo.

Artigo 168º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência.

Capítulo XIII

Das Queimadas e dos Cortes de Árvores

Artigo 169º - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM colaborará com o Estado de Minas Gerais e a União para evitar a devastação das florestas e estimular o plantio de árvores.

Artigo 170º - A ninguém é permitido atear fogo em roçados, palhadas ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:

I – preparar aceiros de, no mínimo, sete metros de largura;

II – mandar avisos aos confinantes, com antecedência mínima de doze horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Artigo 171º - A ninguém é permitido atear fogo em matas, lavouras ou campos alheios.

Artigo 172º - A derrubada de mata dependerá de licença da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

§ 1º - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM só concederá licença quando o terreno se destinar à construção ou plantio pelo proprietário.

§ 2º - A licença será negada se a mata for considerada de utilidade pública ou área de reserva do Município.

Artigo 173º - É expressamente proibido cortar árvores frutíferas típicas da cidade.

Parágrafo único – Em casos especiais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM poderá conceder autorização para o corte.

Artigo 174º - É expressamente proibido o corte ou danificação de árvore ou arbusto nos logradouros públicos.

Artigo 175º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência.

TÍTULO III

Do Funcionamento do Comércio, Indústria, Produção e Prestação de Serviços.

Capítulo I

Do Licenciamento dos Estabelecimentos Industriais, Comerciais, de Produção e Prestação de Serviços.

Seção I

Do Comércio, Indústria, Produção e Prestação de Serviços.

Artigo 176º - Nenhum estabelecimento comercial, industrial, poderá funcionar no Município, sem prévia autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

Parágrafo único – A concessão da licença obedecerá às disposições deste Código, do Código Tributário, do Código de Edificações e do Plano Diretor do Município.

Artigo 177º - A licença para funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, bares, restaurantes, hotéis e outros estabelecimentos congêneres, depende de aprovação prévia do local pela autoridade sanitária competente.

Parágrafo único – A exigência do artigo será observada nos casos de mudança de estabelecimentos comerciais e industriais.

Artigo 178º - Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento exibirá o alvará de localização à autoridade competente sempre que esta o exigir.

Artigo 179º - A licença de localização poderá ser cassada:

I – quando se tratar de negócio diferente do requerido;

II – a bem da higiene, da moral, da segurança ou do sossego público;

III – se o licenciado se negar a exibir o alvará à autoridade competente, quando solicitado a fazê-lo.

§ 1º - Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º - Será igualmente fechado o estabelecimento surpreendido em funcionamento sem a competente autorização.

Seção II (Regulamentada pelo **Decreto nº 13.517** de 24/02/1997)

Do Comércio Ambulante

Artigo 180º - O exercício do comércio ambulante depende de aprovação prévia da PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

§ 1º - A concessão da licença observará as disposições do Código Tributário e as que neste Código se contém.

§ 2º - Tratando-se de comércio de gêneros alimentícios preparados, a licença depende de aprovação das autoridades sanitárias competentes.

Artigo 181º - Aos vendedores ambulantes é proibido estacionar nos logradouros públicos fora dos locais determinados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM.

Artigo 182º - O vendedor ambulante, não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade, ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

§ 1º - As mercadorias apreendidas por força do disposto no presente artigo, quando se tratar de carnes, frutas, aves e alimentos preparados, de fácil deterioração, serão enviados às casas de caridade, como doação, se não forem registradas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º - As demais mercadorias apreendidas em virtude das disposições deste Capítulo serão vendidas, dentro de uma semana, se não forem reclamadas pelos proprietários.

Artigo 183º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10% a 100% (dez a cem por cento) do salário mínimo vigente na região, elevadas ao dobro em caso de reincidência.

Capítulo II

Do Horário de Funcionamento

Seção I

Dos Estabelecimentos Industriais e de Produção

Artigo 184º - Os estabelecimentos industriais e similares funcionarão no horário compreendido entre 06:00hs e 18:00hs (seis e dezoito horas) nos dias úteis.

Parágrafo único – Nos domingos e feriados nacionais, bem como nos feriados locais, quando decretados pela autoridade competente, os estabelecimentos permanecerão fechados.

Artigo 185º - Será permitido o trabalho em horários especiais, inclusive aos domingos e feriados, nos estabelecimentos que se dediquem à impressão de jornais, laticínios, frio industrial, purificação, produção e distribuição de gás, serviço de esgoto, serviço de transporte coletivo ou a outras atividades que por determinação da autoridade competente, seja estendida esta prerrogativa.

Parágrafo único – Excetua-se da permissão deste artigo às atividades relacionadas com o expediente de escritório dos estabelecimentos.

Artigo 186º - São livres para funcionamento ininterrupto as empresas que por sua natureza específica devam permanecer em constante atividade.

Seção II (*Alterado pela Lei nº 3.105*)

Dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços

Artigo 187º - Os estabelecimentos comerciais, localizados na região central do Município de Betim, funcionarão, facultativamente, de 09:00 às 19:00 horas, nos dias úteis e aos sábados de 08:00 às 18:00 horas.

§ 1º - Os estabelecimentos comerciais permanecerão fechados aos domingos e feriados nacionais, bem como nos feriados locais, decretados pela autoridade competente.

§ 2º - Os estabelecimentos comerciais que optarem pelo funcionamento aos sábados após as 12:00 horas, estarão subordinados ao acordo firmado entre a Câmara de Dirigentes Lojistas/CDL – Betim e o Sindicato dos Comerciantes de Betim.

Artigo 188º - Nas datas sociais, convencionadas pelo comércio, compreendendo o Dia dos Pais, Dia das Mães, Dia dos Namorados e Dia das Crianças, o comércio poderá funcionar na forma que melhor atender à população, considerando inclusive o dia anterior à data comemorativa, observados os preceitos constitucionais e da C.L.T.

Parágrafo único – Durante o mês de dezembro, o comércio poderá funcionar na forma que melhor atender à população, considerando inclusive o dia anterior à data comemorativa, observados os preceitos constitucionais e da C.L.T., bem como o acordo prévio efetuado entre a Câmara de Dirigentes Lojistas/CDL – Betim e o Sindicato dos Comerciantes de Betim.

Artigo 189º - O previsto nesta Lei não se aplica aos centros de abastecimentos, as feiras livres e outras atividades correlatas instituídas pelo Poder Municipal, bem como aos estabelecimentos que tenham como atividade principal à comercialização de gêneros alimentícios, farmacêuticos, bares e similares, depósitos de material de construção, panificadoras, shopping center e estabelecimentos que comercializem produtos agro-veterinários.

Artigo 190º - A infração a qualquer dispositivo desta Lei, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

I – multas de 30UFIR'S na primeira infração;

II – multa de 150 UFIR'S na segunda infração;

III – multas de 300 UFIR'S na terceira infração;

IV – a partir da quarta infração aplicar-se-á multa em dobro, baseando-se na anterior.” Os estabelecimentos comerciais lojistas funcionarão, de segunda a sexta-feira, de 08:00 às 18:00 horas, e, aos sábados de 08:00 às 18:00 horas.

§ 1º - Durante os meses de dezembro, respeitados os preceitos da CLT, o comércio poderá funcionar de 08:00 às 22:00 horas, de segunda a sexta-feira e, aos sábados de 09:00 às 18:00 horas, adotando-se o mesmo critério quando das comemorações dos dias dos pais, das mães, dos namorados e das crianças.

§ 2º - Quando a véspera de Natal e de Ano Novo coincidir com um sábado, o comércio poderá funcionar de 08:00 às 22:00 horas.

Capítulo III

Da Aferição de Pesos e Medidas

Artigo 191º - As transações comerciais em que intervenham pesos e medidas, ou que façam referência a resultados de medidas de qualquer natureza, deverão obedecer ao disposto na Legislação Metrológica Federal.

Artigo 192º - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM poderá, em qualquer tempo, mandar proceder o exame e verificação dos aparelhos e instrumentos de pesar ou medir utilizados no Município.

Parágrafo único – Verificada qualquer irregularidade, será esta comunicada às autoridades federais competentes, para providências de direito.

TÍTULO IV

Das Disposições Transitórias e Finais

Artigo 193º - A matéria tratada neste Código poderá ser regulamentada, a fim de atender à crescente expansão do Município.

Atualizado pelo decreto 919 de 20/05/1975.

Artigo 194º - Na medida das possibilidades e sempre que for julgado conveniente, a administração promoverá, em espaço especificamente designado nos alvarás de licença, por processos próprios, a transcrição das recomendações de observância a dispositivos deste Código e que digam respeito à matéria do licenciamento.

Artigo 195º - O Executivo poderá celebrar convênios com entidades federais, estaduais, municipais e autárquicos visando à fiel execução deste Código notadamente quanto aos problemas relativos à poluição atmosférica, controle de preços e do abastecimento, fiscalização da legislação trabalhista e dos horários de funcionamento de estabelecimentos de quaisquer natureza.

Artigo 196º - Fica o Executivo autorizado a abrir o crédito especial até o limite de NCr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos) para ocorrer às despesas indispensáveis à implantação deste Código, inclusive a sua impressão gráfica e campanhas educativas de sua divulgação junto à comunidade.

Artigo 197º - Este Código entrará em vigor trinta dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, 30 de outubro de 1.969.

ÁLVARO DE SALES BARBOSA
Prefeito

ADY ROSA DE FREITAS
Secretário